

A Fundação Humanitária de Gaza – Uma Engrenagem na Máquina de Extermínio Genocida de Israel

As políticas de Israel em Gaza – particularmente a operação dos pontos de distribuição de ajuda da Fundação Humanitária de Gaza (GHF) e a proibição de acesso ao mar em 12 de julho de 2025 – constituem um ataque sistemático contra civis palestinos e exigem uma condenação inequívoca. Essas ações violam os princípios fundamentais do direito humanitário internacional (IHL), transformam a ajuda humanitária em arma e forçam palestinos desesperados a um jogo mortal de roleta russa nos locais da GHF. A proibição marítima, imposta no meio do verão em condições insuportáveis, priva os civis de comida, assistência e dignidade, empurrando-os para pontos de ajuda letais onde correm o risco de morte ou mutilação. O efeito cumulativo dessas políticas, juntamente com declarações explícitas de autoridades israelenses, revela não apenas a intenção, mas uma estratégia coordenada que atende à definição legal de genocídio.

Violações de Israel ao Direito Internacional

A conduta de Israel em Gaza viola flagrantemente o direito humanitário e de direitos humanos internacional, conforme codificado nas Convenções de Genebra, no direito internacional consuetudinário e em tratados multilaterais:

1. Violação do Princípio de Distinção

Ao localizar os pontos de distribuição de ajuda da GHF dentro ou perto de zonas de evacuação militar – como o posto de controle de Netsarim e partes de Rafah – Israel desrespeita o princípio fundamental de distinção entre civis e combatentes, consagrado no Artigo 48 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra. O Escritório de Direitos Humanos da ONU relatou 798 mortes perto de pontos de ajuda desde o final de maio de 2025, com pelo menos 615 diretamente ligadas aos locais da GHF (Reuters, 11 de julho de 2025). Pessoal das Forças de Defesa de Israel (IDF) dispara rotineiramente contra essas multidões, confirmando a ameaça deliberada aos civis.

2. Punição Coletiva

O bloqueio de Gaza, intensificado desde outubro de 2023 e reforçado pela proibição de acesso ao mar em 12 de julho de 2025, viola o Artigo 33 da Quarta Convenção de Genebra, que proíbe a punição coletiva. A pesca tem sido uma fonte de alimento crucial em Gaza por gerações. Ao proibir não apenas a pesca, mas também a natação no calor brutal do verão – em meio a casas destruídas, escassez de água e falta de eletricidade – Israel impõe sofrimento à população, violando suas obrigações legais como potência ocupante.

3. Privação Arbitrária da Vida

A proibição marítima, aplicada com ordens de atirar à vista contra nadadores e pescadores, constitui uma clara violação do Artigo 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que garante o direito à vida. Combinada com os tiroteios da IDF nos locais de ajuda da GHF, essas ações representam um padrão de execuções arbitrárias que equivalem a crimes contra a humanidade sob o Estatuto de Roma.

4. Armamento da Ajuda Humanitária

A GHF, criada sob uma iniciativa conjunta EUA-Israel no início de 2025 e operada com segurança da IDF e contratantes privados dos EUA, compromete os princípios humanitários de neutralidade, imparcialidade e independência. A declaração da Anistia Internacional de 29 de maio de 2025 condenou a GHF como “ilegítima e desumana”, observando que ela viola o dever de Israel de garantir o bem-estar da população ocupada. Em vez de proporcionar acesso seguro à ajuda, a GHF expõe civis a violência letal, transformando a assistência humanitária em um instrumento de guerra.

Essas ações fazem parte de uma estratégia mais ampla para “criar condições de vida calculadas para provocar a destruição física *deumpovo*”, em direta violação do Artigo II(c) da Convenção sobre Genocídio de 1948.

Intenção Genocida: As Palavras por Trás da Guerra

O limiar legal para o genocídio inclui a exigência de intenção específica. Líderes políticos e militares israelenses expressaram repetidamente essa intenção em termos inequívocos. O Ministro da Defesa Yoav Gallant descreveu os palestinos como “animais humanos”, enquanto o Ministro do Patrimônio Amichai Eliyahu propôs lançar uma bomba atômica em Gaza. O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu invocou o mandamento bíblico de “lembrar de Amaleque”, um chamado historicamente interpretado como um mandato para a aniquilação total.

O Ministro das Finanças Bezalel Smotrich declarou: “Nem um único grão de trigo deveria chegar a Gaza”, e o Presidente Isaac Herzog negou a inocência dos civis, afirmando culpa coletiva. O Ministro da Educação Yoav Kisch disse de forma direta: “Eles precisam ser exterminados.” Declarações de generais da IDF e membros do Knesset ecoam essa retórica genocida, com um vice-presidente do parlamento pedindo para “apagar Gaza da face da terra” e outro instando a “arrasar Gaza sem piedade”.

Essas declarações não são anomalias – elas refletem a política do Estado. Ano após ano, a Marcha da Bandeira de Jerusalém ressoa com gritos de “Morte aos Árabes”, destacando uma cultura de eliminação no cerne do Estado israelense. A fusão de uma linguagem desumanizadora com políticas que destroem sistematicamente a vida civil revela a intenção genocida por trás das ações de Israel em Gaza.

Os Dias Mais Sangrentos nos Pontos de Distribuição de Ajuda da GHF

Os pontos de distribuição de ajuda da Fundação Humanitária de Gaza tornaram-se campos de morte. Alguns dos dias mais sangrentos desde o final de maio de 2025 incluem:

- **3 de junho de 2025:** 102 mortos, 490 feridos
- **6 de junho de 2025:** 110 mortos, 583 feridos
- **8 de junho de 2025:** 125 mortos, 736 feridos
- **10 de junho de 2025:** 163 mortos, 1.495 feridos
- **11 de junho de 2025:** 223 mortos, 1.858 feridos
- **12 de junho de 2025:** 245 mortos, 2.152 feridos

Esses incidentes, corroborados por jornalistas e equipe médica, mostram um padrão recorrente de fogo direcionado contra civis reunidos para receber ajuda. O crescente número de mortos é um resultado direto da militarização deliberada do espaço humanitário.

O Colapso do Sistema de Saúde de Gaza: Hospitais Atacados, Medicamentos Bloqueados

Enquanto civis são mutilados nos locais da GHF e por toda Gaza, eles não encontram refúgio nos hospitais – porque Israel bombardeou e danificou **cada um deles**. A infraestrutura de saúde de Gaza foi sistematicamente alvo, reduzindo salas de cirurgia a escombros, destruindo unidades de terapia intensiva e matando médicos, enfermeiros e pacientes. A Organização Mundial da Saúde condenou esses ataques como crimes de guerra.

Devido ao bloqueio, medicamentos essenciais, incluindo anestésicos, analgésicos e antibióticos, não estão disponíveis. Médicos frequentemente são forçados a realizar amputações, cesarianas e cirurgias que salvam vidas **sem sedativos ou anestésicos**. Essa crueldade não é dano colateral – é parte do plano. Ferir civis nos pontos de distribuição de ajuda e depois negar-lhes tratamento serve ao objetivo genocida mais amplo de Israel de eliminar a população de Gaza por todos os meios possíveis.

Soldados Ordenados a Atirar em Civis: Violações da Lei e da Consciência

Em uma exposição devastadora publicada pelo *Haaretz* em 27 de junho de 2025, vários soldados israelenses testemunharam que receberam ordens explícitas para abrir fogo contra palestinos desarmados reunidos nos locais de distribuição de ajuda da GHF. Esses testemunhos confirmam o que sobreviventes e jornalistas relataram há muito tempo: civis que faziam fila pacificamente por comida e água foram alvos deliberados, não pegos acidentalmente no fogo cruzado. Um oficial descreveu a cena como um “campo de morte” e admitiu que munição real foi usada, não em autodefesa, mas para dispersar multidões à força. Essa política de assassinato calculado viola tanto o direito internacional quanto a ética militar.

Os Julgamentos de Nuremberg, que seguiram as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, estabeleceram um precedente de que “apenas seguir ordens” não é defesa para crimes de guerra. Os soldados são pessoalmente responsáveis por condutas ilegais, especialmente

quando as ordens são manifestamente ilegais. Esse princípio está consagrado no próprio Código de Ética da IDF, que afirma que os soldados israelenses têm não apenas o **direito**, mas o **dever** de desobedecer a ordens ilegais. Atirar com munição real contra civis desarmados – especialmente aqueles que buscam ajuda humanitária – não é uma área cinzenta: é um crime de guerra. Os soldados que seguiram essas ordens, os comandantes que as emitiram e o Estado que possibilitou essa política devem todos ser responsabilizados. A responsabilidade moral não pode ser terceirizada. Nem pode ser enterrada sob as ruínas de um povo privado de comida, água e dignidade.

Relato de uma Vítima: Baleado Enquanto Passava Fome

Quero compartilhar aqui uma história pessoal sobre um amigo próximo, um jovem residente de Gaza, de apenas 20 anos. Ele perdeu toda a sua família em um ataque aéreo israelense em 2024. Desde então, vive sozinho em meio às ruínas, procurando comida, vagando em um estado de trauma. No início de julho de 2025, ele passou quatro dias inteiros sem comer. Suas mãos tremiam de fome; sua visão estava embaçada; sua respiração vinha em arfadas enquanto o calor do verão ardia acima dele. A fome estava devastando seu corpo. Ele não tinha escolha. Ele caminhou – cambaleando, na verdade – em direção ao local de ajuda da GHF em Netsarim. Era sua última esperança.

Quando chegou, encontrou-se cercado por milhares de outros, igualmente desesperados. De repente, sem aviso, as forças israelenses abriram fogo. Balas rasgaram a multidão. Ele foi atingido uma vez no braço, depois nas costas. Uma terceira bala perfurou sua coxa. A quarta estilhaçou parte de sua coluna. Ele caiu na areia, paralisado, sangrando, cercado por gritos. Não havia ambulâncias. Não havia macas. Não havia médicos. Apenas a coragem crua de estranhos – outros palestinos que se recusaram a deixá-lo para trás. Eles o carregaram a pé, sob a constante ameaça de serem alvos novamente, até o hospital funcional mais próximo. Ele perdeu um dedo. Talvez nunca volte a andar. Mas sobreviveu. E para quê? Por tentar comer.

Proibição Marítima Força Dependência da GHF

A proibição de acesso ao mar em 12 de julho de 2025 eliminou a última fonte de alimento independente de Gaza. Ao criminalizar a pesca e a natação sob ameaça de morte, Israel privou os palestinos de autonomia e os levou à única opção restante: os locais da GHF. Médicos Sem Fronteiras relataram que a proibição, imposta durante um verão insuportável com pouca sombra ou água, exacerbou a desidratação, a desnutrição e o desespero (MSF, julho de 2025). Essa política canaliza os palestinos para armadilhas de ajuda mortais – negando alternativas que salvam vidas enquanto constrói zonas de morte.

GHF como uma Engrenagem na Máquina de Extermínio Genocida de Israel

A Fundação Humanitária de Gaza não é um provedor de ajuda neutro – é uma engrenagem em uma máquina de extermínio genocida. Sua estrutura garante que os civis sejam

expostos ao máximo perigo sob o pretexto de assistência. A proibição marítima, a militarização da ajuda e o ataque sistemático aos locais de distribuição combinam-se em uma estratégia coerente: destruir a população civil de Gaza, no todo ou em parte.

O número de mortos da ONU de 798 em locais de ajuda, que cresce diariamente, é acompanhado por dezenas de milhares de feridos, traumatizados e deslocados. As operações da GHF – conduzidas sob supervisão da IDF e com apoio dos EUA – a tornam cúmplice de crimes contra a humanidade. Ela permite um genocídio disfarçado em linguagem humanitária.

Conclusão

As ações de Israel em Gaza – por meio da GHF, da proibição marítima, do bloqueio total e da destruição sistemática do sistema de saúde de Gaza – não são apenas moralmente reprováveis, mas também juridicamente indefensáveis. Essas políticas violam o direito internacional, as normas humanitárias e os princípios básicos da dignidade humana. A Fundação Humanitária de Gaza, em vez de fornecer assistência, funciona como um mecanismo de extermínio. A proibição marítima de 12 de julho força os civis a escolherem entre a fome ou a morte quase certa em locais de ajuda militarizados. A destruição de hospitais e a retenção de medicamentos agravam o sofrimento.

O mundo deve agir. A GHF deve ser desmantelada. A proibição marítima deve ser revogada. Os hospitais de Gaza devem ser reconstruídos e reabastecidos. E Israel deve ser responsabilizado por sua campanha genocida. Nada menos que a sobrevivência de um povo – e a credibilidade do direito internacional – está em jogo.